

LETRAS DE HOJE

Nº 60

JUNHO DE 1985

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Curso de Pós-Graduação em Linguística e Letras

Centro de Estudos da Língua Portuguesa

EXPEDIENTE

LETRAS DE HOJE

Fundada em 1967

Administração: Avenida Ipiranga, 6681

Caixa Postal 1429

90.000 Porto Alegre - RS - Brasil

Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Letras/Centro de Estudos da Língua Portuguesa em convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.

Diretor: Prof. Ir. Elvo Clemente

Vice-Diretor: Prof. José Marcelino Poersch

Revisão e correspondência:

Prof^a Maria Rita Motta Guedes Quintella**Conselho Editorial**

Para assuntos lingüísticos: Augustinus Staub, José Marcelino Poersch, Leonor Scliar Cabral, Feryal Yavuz e Mehmet Yavas.

Para assuntos literários: Gilberto Mendonça Teles, Heda Maciel Caminha, José Edil de Lima Alves, Petrona Domínguez de Rodríguez Pasqués e Regina Zilberman.

Para assuntos interdisciplinares: Ignacio Antônio Neis e Urbano Zilles. A Revista aceita contribuições de sua especialidade.

Os originais enviados à Revista não serão devolvidos, mesmo que não sejam utilizados.

A Revista aceita trocas.

On demande l'échange.

We ask exchange.

Preço da assinatura
— 4 números anuais —

Brasil: Cr\$ 15.000

Exterior: US\$ 30

Número avulso: 5.000

Os pagamentos podem ser feitos por cheques bancários ou através de vale postal em favor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

Apresentação	5
Ignacio Antonio Neis — Por que uma lingüística textual? ..	7
Leonor Lopes Fávero — A informatividade como elemento de textualidade	13
Ingedore G. Villaça Koch — A situacionalidade como elemento de textualidade	21
Marisa Porto do Amaral — As categorias de coesão textual e a complexidade do texto	29
Ignacio Antonio Neis, José Marcelino Poersch, Lia Lourdes Marquardt e Maria Tasca — A leitura de textos no 1º grau: nova alternativa de ensino/aprendizagem	41
Heda Maciel Caminha — O papel da expressão escrita no processo de aprendizagem	63
Maria Eduarda Giering — Produção e recepção textual em 5ª série de 1º grau	77
Maria Helena Albé — Do texto à Instituição Literária	105
Resenhas	
Períodos literários — Ir. Elvo Clemente	111
As virtudes de um romancista — Léa Masina	111
A nova antologia — Ir. Elvo Clemente	113
O país do texto — Ir. Elvo Clemente	114
Língua e liberdade — Maria Tasca	114
Gramática grega — Ir. Elvo Clemente	115
Conceitos de lingüística fabular — Ir. Elvo Clemente	116

APRESENTAÇÃO

O nº 60 de **Letras de Hoje** marca um fato importante na vida do periódico que nestes 18 anos vem publicando os resultados de investigações lingüísticas e literárias, levando aos estudiosos novas conquistas do saber para novas caminhadas.

O presente número, organizado pelo professor Ignacio Antonio Neis, é dedicado ao tema tão importante para os Cursos de Letras, para os colegas de ensino de 1º e 2º graus: LINGÜÍSTICA TEXTUAL.

A mudança de foco do estudo da língua passando da palavra para o texto foi uma verdadeira revolução copernicana, que tem conseguido excelentes resultados. Assim, "Por que uma lingüística textual?", de Ignacio Antonio Neis, é uma apresentação sistematizada de argumentos teóricos e pragmáticos que levam a postular uma lingüística que estude as categorias especificamente textuais. Leonor Lopes Fávero — "A informatividade como elemento de textualidade" — e Ingedore G. Villaça Koch — "A situacionalidade como elemento de textualidade" — expõem, nos respectivos artigos, de forma sistemática e crítica, duas categorias textuais propostas por Beaugrande & Dressler em sua obra teórica sobre lingüística textual, categorias essas ainda pouco discutidas entre nós. Sobre "As categorias de coesão textual e a complexidade do texto" escreve Marisa Porto do Amaral, relatando uma pesquisa feita para a sua dissertação de mestrado objetivando verificar, por meio do teste "cloze", em que medida diferentes categorias de coesão textual são responsáveis pela dificuldade na leitura de textos, enquanto Ignacio Antonio Neis, José Marcelino Poersch, Lia Lourdes Marquardt e Maria Tasca, em "A leitura de textos no 1º grau: nova alternativa de ensino/aprendizagem", apresentam, em síntese, o relatório de uma pesquisa experimental de ensino de leitura em 8ª série de 1º grau, baseada nos princípios e estratégias inspiradas na lingüística textual. Heda Maciel Caminha, com base em revisão de propostas da lingüística textual e de um modelo gerativo de narrativa, relata, em "O papel da expressão escrita no processo de aprendizagem", uma experiência realizada com alunos de francês do Curso de Letras, centrada na passagem da recepção à produção de textos em língua francesa. Maria Eduarda

Giering — "Recepção e produção textual em 5ª série de 1º grau" —, por sua vez, mostra o balanço dos surpreendentes resultados obtidos num experimento na produção de textos narrativos por alunos de 5ª série de 1º grau e Maria Helena Albé, no artigo "Do texto à Instituição Literária", apresenta uma proposta teórica para a leitura do texto literário ancorada "na experiência direta do aluno com o texto, para, a seguir, determinar um trabalho de abstração e de sistematização teórica".

Ir. Elvo Clemente

POR QUE UMA LINGÜÍSTICA TEXTUAL?*

Ignacio Antonio Neis
Pós-Graduação em Lingüística
e Letras da PUCRS

1. Até há bem pouco tempo, as pesquisas da lingüística concentravam-se quase exclusivamente nos problemas relativos à frase ou aos componentes frasais, mas enfocados dentro dos limites da frase. E os objetos das teorias mais desenvolvidas e das descrições mais acabadas situavam-se nos campos da fonologia, da morfologia e da sintaxe frasal, excluindo-se preocupações relativas a aspectos semânticos e contextuais da linguagem observada nas diferentes situações de comunicação.

Uma das conseqüências dessa orientação encontra-se na organização das gramáticas tradicionais de língua. Com efeito, essas gramáticas, mesmo as mais recentes, apresentam descrições do sistema mais ou menos abstrato da norma lingüística, do ponto de vista da classificação das categorias gramaticais, da morfologia e da sintaxe, servindo como modelo para o reconhecimento e a produção de frases bem formadas. Entretanto, a norma descrita restringe-se em geral a um determinado registro da língua, o registro padrão da língua escrita, sem considerar as características de uso dos diferentes registros, de acordo com as diferentes situações de comunicação. Além disso, essas descrições não dão conta das características específicas dos conjuntos integrals de enunciados que são os textos. Cabe questionar se, mesmo dentro do registro padrão, as descrições das gramáticas, fornecendo modelos de frases bem formadas, contêm elementos normativos mínimos para a produção de textos bem formados, de determinado tipo e de certa extensão.

Considere-se, por outro lado, como a formação dos docentes dentro dos modelos teóricos da lingüística frasal se manifesta na prática do ensino de línguas. Muito comum é o fato de os mestres, no processo de ensino/aprendizagem da leitura, estarem preocupados acima de tudo com o conhecimento do vo-

* Trabalho apresentado por ocasião do 29º Encontro do GEL (Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo), realizado em Batatais (SP) nos dias 19 e 20 de outubro de 1984. Veja-se, sobre o mesmo tema, o artigo "Por uma gramática textual" (Neis, 1981).

cabulário e das categorias da gramática, dando a essa abordagem gramatical, eminentemente teórica, classificatória e normativa, uma atenção predominante, quando não exclusiva, e acreditando que a exploração do texto se esgota no nível das explicações sobre léxico e morfossintaxe. Quantos mestres também, no processo de ensino/aprendizagem da redação, estão mais preocupados com a correção de desvios ortográficos e morfossintáticos, e pouco preocupados, talvez por falta de um preparo adequado, com os problemas de coerência, de organização textual, de progressão temática. Entretanto, supondo-se dois textos produzidos, o primeiro com coerência, estruturação lógica e desenvolvimento temático claro, porém com bastantes erros ortográficos ou morfossintáticos, e o segundo sem erros desses tipos, porém mal estruturado, incoerente e confuso, pode-se afirmar ser, sem dúvida, o primeiro dos dois textos aquele que ainda mais se aproxima de um enunciado comunicativo, e que é mais facilmente recuperável como realização lingüística aceitável.

Evidentemente, não se nega a pertinência dos estudos que se restringem a aspectos frasais, pois muitos fatos realmente são observáveis e descritíveis neste nível. Mas de outros fatos só se pode dar conta num nível mais amplo, que o do texto. E os dois problemas acima apontados, o das descrições das gramáticas baseadas na lingüística frasal, seja ela estrutural ou gerativo-transformacional, e o do ensino que se concentra principalmente em aspectos limitados ao nível da frase, estão demonstrando diretamente a necessidade de se desenvolverem estudos lingüísticos que dêem conta das categorias específicas de ordem textual.

2. A lingüística textual vem evoluindo desde a década de 60; já se multiplicaram estudos teóricos e aplicados voltados para a elaboração de hipóteses, de definição de categorias textuais e de estratégias de aplicação na recepção e na produção de textos. De acordo com M. E. Conte (apud Fávero & Koch, 1983:13-7), podem-se identificar, até agora, três momentos que caracterizam a passagem da lingüística frasal para a teoria do texto, momentos esses que, mais do que distinções do ponto de vista cronológico, são distinções quanto ao tipo de desenvolvimento teórico.

Inicialmente, a pesquisa voltava-se para o estudo das relações entre as frases de uma seqüência coerente de enunciados, isto é, das relações interfrasais e transfrasais. Entre tais relações, foram investigados os fenômenos da co-referência, principalmente a pronominalização e a substituição lexical, que chamaram a atenção dos estudiosos por não poderem ser expli-

cados satisfatoriamente dentro dos limites da frase. Tais estudos, entretanto, não chegaram a um tratamento autônomo do texto.

Num segundo momento, surgiu a gramática textual, baseada no postulado de que todo falante possui uma competência textual que lhe faculta reconhecer e produzir textos coerentes. Essa gramática procura definir o que faz com que um texto seja um texto, e não uma mera seqüência, mesmo coerente, de enunciados, e descrever os fatores de coerência ou de textualidade, bem como estabelecer critérios de tipologia textual (cf. Van Dijk, 1972, e Lang, 1972).

Enfim, num terceiro momento, chega-se às teorias de texto, ou a uma lingüística de texto, onde assumem relevância primordial as preocupações com os fatores pragmáticos ligados à enunciação, ou seja, os fatores de produção, de recepção e de interpretação de textos. O desenvolvimento das teorias de texto muito devem, por um lado, à teoria dos atos de fala e à lógica das ações, e, por outro lado, à pragmática lingüística, que se propõe estudar a linguagem do ponto de vista de seu uso e de seus usuários (cf. Van Dijk, 1973, e Schmidt, 1978). Fundamenta-se a lingüística textual na concepção da linguagem como atuação sociocomunicativa inserida numa situação específica de comunicação.

3. Na abordagem das reflexões teóricas com as quais se procura justificar a lingüística textual, pode-se lembrar diversas ordens de argumentos. Antes de mais nada, cabe rever algumas razões que fundamentam a extensão da lingüística frasal para a lingüística textual, razões essas que se apresentam sob a forma de postulados básicos.

Primeiramente, constata-se que o sujeito falante se comunica, não com palavras ou frases, mas com textos. Isso acontece desde a comunicação por meio de textos muito longos (livro, artigo, curso) até a comunicação com textos bem curtos (diálogo rápido, bilhete, aviso) e até de uma só frase. Será difícil não aceitar o princípio de que nossa comunicação se processa através de textos, ou seja, que ela é orientada pela textualidade, que preside a organização dos enunciados lingüísticos por meio dos quais atuamos sociocomunicativamente (cf. Van Dijk, 1973, e Schmidt, 1978).

Por outro lado, deve-se reconhecer que um texto é mais, bem mais, do que um conjunto de frases quaisquer, e mesmo mais do que o somatório do conteúdo de todas as frases coerentes que o compõem (cf. Schmidt, 1978, e Van Dijk, 1973). O próprio contexto, o efeito cumulativo das informações que se

adquirem durante o processo da recepção, o caráter orientador da estruturação do texto, do tipo textual, do discurso em si, o efeito das repetições, do processo diafórico, da progressão temática, tudo isso faz com que um texto não seja simplesmente o equivalente da soma das frases tomadas isoladamente; e faz também com que os próprios constituintes textuais não se possam interpretar adequadamente se forem retirados de seu contexto (cf. Charolles, 1978; Van Dijk, 1973; Marcuschi, 1983; Lang, 1972).

Finalmente, sabe-se que, na constituição do texto e de seu sentido, influem não somente elementos estritamente lingüísticos — aqueles considerados do ponto de vista do sistema imanente da língua e geralmente descritos dentro dos limites da frase; são igualmente elementos constitutivos da textualidade aqueles denominados temáticos, lógico-cognitivos e pragmáticos (cf. Schmidt, 1978; Van Dijk, 1973; Charolles, 1978; Marcuschi, 1983).

4. Esses elementos são levados em consideração, de uma maneira ou de outra, por diversos autores em suas tentativas de definir o que é texto, como objeto de estudo da lingüística textual. As definições de Van Dijk, Halliday & Hasan e Schmidt (apud Marcuschi, 1983:8-9) são elucidativas neste sentido.

Segundo T. Van Dijk, o texto é "uma estrutura superficial governada por uma estrutura semântica profunda motivada", ou seja, "um conjunto ordenado de sentenças da estrutura profunda".

De acordo com a definição de M. A. K. Halliday & R. Hasan, "um texto é uma unidade em uso. Não é uma unidade gramatical, tal como uma frase ou uma sentença; e não é definido por sua extensão. (...) Um texto é, melhor dizendo, uma unidade semântica: não uma unidade de forma e sim de sentido".

Para S. J. Schmidt, "texto é qualquer expressão de um conjunto lingüístico num ato de comunicação (no âmbito de um jogo-de-ação comunicativo), sendo tematicamente orientado e preenchendo uma função comunicativa reconhecível, ou seja, realizando um potencial ilocutório reconhecível".

O que ressalta nessas definições, colocadas lado a lado, é que certos conceitos comuns a seus autores podem ser identificados e expressos através de palavras-chave tais como "conjunto" e "unidade", "estruturação" e "orientação", "unidade de sentido" e "orientação temática", "linguagem em uso" e "função comunicativa reconhecível". Fica evidenciado que tais definições de texto não se atêm a um ponto de vista imanente

ao sistema lingüístico, mas levam em conta vários critérios transcendentais a esse sistema, critérios que são precisamente os aspectos temáticos, situacionais e pragmáticos da comunicação lingüística.

Ora, nem a lingüística estrutural nem a gerativo-transformacional podem dar conta de uma tal abordagem. Requer-se uma lingüística que investigue as categorias especificamente textuais, que estude a textualidade sob o prisma da atuação sociocomunicativa e que leve em consideração os componentes pragmáticos que subjazem à utilização de textos apropriados em situações de comunicação (cf. Van Dijk, 1973; Schmidt, 1978; Marcuschi, 1983).

5. Um dos fundamentos mais consistentes invocados pela lingüística textual é o conceito de competência de comunicação. Proposto por sociolingüistas e etnolingüistas, esse conceito de competência de comunicação representa uma crítica e, ao mesmo tempo, uma ampliação da noção chomskyana de competência lingüística (Schmidt, 1978). Compreende vários tipos de conhecimentos ou competências, entre os quais se devem considerar principalmente os seguintes:

— o conhecimento lingüístico, isto é, aquele domínio lingüístico que, no sentido tradicional, geralmente corresponde ao conhecimento do léxico e da gramática;

— o conhecimento referencial, ou temático, ou seja, aquela vivência extralingüística mínima, no que diz respeito ao referente, necessária para uma intercomunicação;

— o componente pragmático, isto é, o conhecimento dos usos, estratégias e normas vigentes nas relações de comunicação entre interlocutores e o conhecimento dos fatores que influem na seleção dos recursos lingüísticos e, conseqüentemente, na correta interpretação desses recursos, segundo regras socialmente consagradas ou aceitas;

— o conhecimento propriamente textual, que se refere à habilidade de interpretar ou produzir textos como mensagens organizadas, que concretizam, no seu todo e nas suas partes, determinada intenção reconhecível do autor, através de determinada estruturação e de determinada realização discursiva (cf. Coste, 1978, e Neis, 1982).

6. Em vista das considerações acima, pode-se, à guisa de conclusão, estabelecer os seguintes postulados:

— A frase em si não é o campo natural da lingüística que estuda a linguagem como comunicação ou atuação sociocomunicativa (cf. Van Dijk, 1973, e Schmidt, 1978).

— Uma lingüística de texto não é redutível a uma lingüística de frase (cf. Van Dijk, 1973).

— O objeto da lingüística deve ser o estudo do texto; e como o texto é o objeto legítimo dos estudos lingüísticos, toda descrição de frases deve ser integrada numa descrição de textos; e mais, toda descrição de sentido de elementos de um texto deve ser realizada contextualmente. Descontextualizados, tais elementos podem ser estudados somente quanto às suas potencialidades de realização do ponto de vista semântico e pragmático; mas não mais do que isso (Van Dijk, 1973; Schmidt, 1978; Marcuschi, 1983).

— Em vista disso, parece inaceitável um estudo puramente imanente de um texto, porque, ao mesmo tempo que os elementos propriamente lingüísticos, contribuem também para a estruturação do sentido textual os demais fatores já citados, a saber os aspectos temáticos, lógico-cognitivos e pragmáticos.

As categorias textuais a serem estudadas não coincidem, portanto, com as categorias das gramáticas de língua tradicionais, resultantes dos estudos da lingüística frasal. São os fatores de contextualização, os fatores de conexão seqüencial ou de coesão, os fatores de conexão conceitual-cognitiva ou de coerência e os fatores de conexão de ações ou pragmáticos, de acordo com o esquema proposto por Marcuschi (1983), que permitem abordar adequadamente os textos e que devem, por isso, constituir o objeto da lingüística textual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — CHAROLLES, Michel. Introduction aux problèmes de la cohérence des textes. *Langue française*, Paris, Larousse (38): 7-14, mai 1978.
- 2 — COSTE, Daniel. Lecture et compétence de communication. *Le français dans le monde*, Paris, Hachette, Larousse, 18 (141): 25-34, nov./déc. 1978.
- 3 — FAVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore G. Villaca. *Lingüística textual: introdução*. São Paulo, Cortez, 1983.
- 4 — LANG, Ewald. Quand une "grammaire de texte" est-elle plus adéquate qu'une "grammaire de phrase"? *Langages*, Paris, Didier, Larousse, 7 (26): 75-80, juin 1972.
- 5 — MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Lingüística de texto: o que é e como se faz*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1983.
- 6 — NEIS, Ignacio Antonio. Por uma gramática textual. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 14 (44): 21-39, jun. 1981.
- 7 — _____. A competência de leitura. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 15 (48): 43-57, jun. 1982.
- 8 — SCHMIDT, Siegfried J. *Lingüística e teoria de texto*. São Paulo, Pioneira, 1978.
- 9 — VAN DIJK, Teun A. *Some aspects of text grammars*. The Hague, Mouton, 1972.
- 10 — _____. Grammaires textuelles et grammaires narratives. In: CHABROL, Claude et alii. *Sémiotique narrative et textuelle*. Paris, Larousse, 1973. p. 177-207.